



**UNITED NATIONS
TRANSFORMING
EDUCATION
SUMMIT 2022**

Relatório da Consulta Nacional

CIMEIRA SOBRE A TRANSFORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Agosto, 2022

Título do Projecto

Relatório da Consulta Nacional

Título da Acção

Cimeira Sobre a Transformação da Educação

Implementado por

Governo de Angola, Comissão Nacional de Angola para a
UNESCO e Nações Unidas em Angola

Elaborado por

Mariana Teixeira

Coordenação e Supervisão

Governo de Angola e Nações Unidas em Angola

Data do Relatório

13 de Agosto de 2022



ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

BAD - Banco Africano de Desenvolvimento

BEE - Bolsas de Estudo Externas

BEI - Bolsas de Estudo Internas

CTEM - Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática

FNUAP – Fundo Nações Unidas para a População

GEPE – Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística

IES - Instituições de Ensino Superior

INE – Instituto Nacional de Estatística

LBSEE - Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino

MASFAMU - Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher

MED – Ministério da Educação

MESCTI – Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação

ODS – Objectivos de Desenvolvimento Sustentável

OGE - Orçamento Geral do Estado

ONU - Organização das Nações Unidas

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

ONG – Organização não Governamental

OMS - Organização Mundial da Saúde

OSC - Organizações da Sociedade Civil

PDCT - Projecto de Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia

PEA – Percurso de Ensino Aprendizagem

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação

TUPPI – Todos Unidos Pela Primeira Infância

VBG – Violência baseada no género

LISTA DE FIGURAS, TABELAS E QUADROS

Gráfico 1: Frequência no ensino pré-escolar, por idade (%)

Gráfico 2: Frequência escolar a nível primário e 1º ciclo, por zona (%)

Gráfico 3: Matriculados em Cursos de Pós-Graduação por Natureza da Instituição de Ensino Superior e Sexo

Gráfico 4: Gastos na Educação (% do orçamento total do Estado)

Quadro 1: Percentagem de crianças que não frequentaram a escola 2018/19

BOX 1: Principais barreiras no ingresso e permanência no sistema de ensino secundário para as raparigas

BOX 2: Síntese dos indicadores reportados para o ODS 4

Tabela 1: Estudantes Matriculados por Instituições de Ensino Superior, Natureza e Sexo

Tabela 2: Taxas dos alunos relativas ao abandono e regresso à escola

Tabela 3: Total de indicadores ODS vs indicadores identificados por Angola

Índice

1. Nota introdutória	5
2. Cimeira para a Transformação da Educação: Processo de Consulta Nacional, Objectivos e Metodologia.....	6
3. O Sistema de Educação e Ensino em Angola.....	9
3.1. Educação Pré-escolar, Ensino Primário e Secundário	10
3.2. Ensino Superior	15
3.3. Acesso e ingresso à educação em Angola nos diferentes níveis de ensino: principais barreiras e constrangimentos	18
3.3.1. Factores de ordem sociocultural.....	19
3.3.2. Factores de ordem infraestrutural e/ou político.....	20
3.4. O impacto do COVID-19 no Sistema de Educação e Ensino	25
3.4.1. Estratégias adoptadas de mitigação do impacto da COVID 19 e de recuperação das aprendizagens nos diferentes níveis de ensino.....	27
3.5. O financiamento do Sistema Educação e Ensino.....	29
4 Agenda 2030 em Angola.....	31
4.1. Desafios de Medição dos ODS: Avanços e Retrocessos.....	33
4.2. A implementação do ODS 4.....	33
5. Considerações Finais	35
6. Perspectivas e recomendações para o repensar do Sistema de Educação e Ensino em Angola	36
7. Bibliografia	38
8. Anexos	41
Anexo I.....	41
Anexo II.....	44

1. Nota introdutória

O cenário mundial pandémico foi e continua a ser desfavorável a todos os sectores económicos e sociais. Em Março de 2020, Angola registou os primeiros casos de contágio do vírus da COVID-19 o que levou o Executivo a definir medidas consubstanciadas nas linhas orientadoras emanadas a nível internacional. No período em referência, sobretudo no domínio económico, o Governo adoptou como medida imediata a revisão do Orçamento Geral do Estado e o Plano de Desenvolvimento Nacional-PDN 2018-2022.

Diante desta conjuntura mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU) colocou a questão da educação no centro das agendas políticas dos Estados, chamando a atenção para uma possível ruptura educativa nunca antes vista. A pandemia da COVID-19 deu um golpe devastador nas oportunidades de aprendizagem de centenas de milhões de crianças e jovens, exacerbando a crise de aprendizagem existente e aumentando as desigualdades.

Angola não foi uma excepção, apesar dos progressos feitos no sector da educação nos últimos vinte anos, o país continua a enfrentar vários desafios. Estes desafios foram agravados pelos efeitos pandémicos da COVID-19, afectando cerca de 8,7 milhões de estudantes e deixando particularmente muitas raparigas para trás.

Em resposta a este encerramento o governo de Angola ensaiou o ensino à distância, no entanto as soluções de aprendizagem em linha não tiveram sucesso desejado devido à falta de acesso aos recursos digitais e à insuficiência na utilização das tecnologias. Assim sendo, os programas de rádio e tele-aulas foram usados como uma possível solução encontrando também os seus percalços, sobretudo devido ao desafio do fornecimento de electricidade em algumas localidades, o que torna urgente o repensar da educação de modo a dotar as crianças e jovens com os conhecimentos, competências e valores

necessários para enfrentar os desafios actuais e prosperar num mundo em rápida mudança.

O presente relatório apresenta um retrato do Sistema de Educação e Ensino da República de Angola e das diferentes adequações implementadas neste sistema no período de 2018 ao primeiro semestre de 2022 (antes e durante a pandemia da COVID-19), resultante da Consulta Nacional recomendada pelas Nações Unidas, com o intuito de apoiar a participação do Governo de Angola na Cimeira para a Transformação da Educação a decorrer em Setembro de 2022, em Nova Iorque, Estados Unidos da América.

O processo permitiu a recolha de informações que indicam que apesar dos retrocessos causados pela pandemia, as adaptações permitiram criar novas iniciativas e reforçar as já existentes. No entanto vários são os desafios que ainda se impõem para que a educação seja e continue a ser a via para o cumprimento das Agendas assumidas a nível nacional e internacional.

2. Cimeira para a Transformação da Educação: Processo de Consulta Nacional, Objectivos e Metodologia

O Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, Sr. António Guterres, publicou em 2021, por ocasião do 75º aniversário da Organização das Nações Unidas (ONU), o relatório “Nossa Agenda Comum” e anunciou a realização da Cimeira para a Transformação da Educação que terá lugar no dia 19 de Setembro de 2022, na sede da ONU em Nova Iorque. Esta tem como objectivo mobilizar maior ambição política, comprometimento e acção, para o alcance do Objectivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4, bem como capitalizar inovações criadas e implementadas durante as crises de aprendizagem e sobretudo da COVID-19, para tornar a educação mais inclusiva, resiliente e responsável, face aos desafios globais.

O processo preparatório da Cimeira da ONU inclui os seguintes passos: a) realização de Consultas Nacionais em cada Estado-Membro (Maio a Junho no formato Virtual); b) participação na Pré-Cimeira (Junho em Paris no formato híbrido)¹; c) apresentação da Declaração Nacional de Compromisso de Transformação da Educação junto ao Secretariado da Cimeira contendo uma visão geral do processo de consulta nacional (a 15 de Agosto de 2022) e; d) apresentação da Declaração Nacional de Compromisso pelos Chefes de Estado e de Governo na Cimeira para a Transformação da Educação em Setembro de 2022.

De acordo com as directrizes para as Consultas Nacionais fornecidas pela ONU, estas devem reflectir os dados existentes acerca do Sistema de Educação e Ensino angolano, considerando os novos desafios experimentados pelas crianças e jovens estudantes, incluindo aqueles derivados da COVID-19.

O processo de consulta, iniciado a 6 de Junho de 2022, foi realizado em estreita parceria com as Nações Unidas em Angola e a Comissão Nacional de Angola para a UNESCO, e implicou discussões com os Departamentos Ministeriais, instituições académicas, e actores envolvidos no Sistema de Educação e Ensino angolano.

Os dados foram recolhidos tendo como foco quatro componentes estabelecidas pelas directrizes para as Consultas Nacionais²:

- A) Assegurar a recuperação total da interrupção educacional da COVID-19;
- B) Identificar as principais transformações e alavancas estratégicas no reimaginar a educação para o século XXI e acelerar o progresso no sentido de objectivos educativos partilhados;
- C) Assegurar um financiamento público reforçado e mais sustentável da educação;
- D) Aumentar a ambição dos objectivos e dos critérios de referência nacionais em matéria de educação.

¹ Na qual Angola apresentou o relatório preliminar das consultas nacionais realizadas envolvendo todos os actores que directa e/ou indirectamente estão ligados ao sector da educação.

² Guidelines for National Consultations, UN 2022.

De igual modo, as Nações Unidas definiram cinco linhas temáticas de acção, abaixo descritas, que requerem maior atenção, pois podem acelerar o progresso na educação e na Agenda 2030 das Nações Unidas:

- 1) Escolas inclusivas, equitativas, seguras e saudáveis;
- 2) Professores, ensino e profissão docente;
- 3) Aprendizagem e competências para a vida, trabalho e desenvolvimento sustentável;
- 4) Aprendizagem e transformação digital;
- 5) Financiamento da educação.

Diferentes metodologias e instrumentos metodológicos foram utilizadas:

1º Revisão documental: baseada em variáveis quantitativas e qualitativas acerca do Sistema de Educação e Ensino, assim como analisadas estatísticas existentes acerca dos recursos alocados à educação, programas e políticas nacionais, relatórios de parceiros de desenvolvimento internacionais e produções científicas/académicas nacionais;

2º Entrevistas e grupos focais: foram realizadas sete entrevistas a actores chave (lista final em anexo), com o intuito de cartografar áreas lacunares para incrementar a realização do ODS 4 e objectivos-chave a serem priorizados; identificar as melhores práticas do governo e; desenvolver um mapa das partes interessadas a nível nacional. Foram também realizados três grupos focais com professores e estudantes da Província da Huíla, que permitiram recolher impressões de actores do ensino que actuam em escolas de zonas peri-urbanas e rurais.

3º Inquérito por questionário (*survey*): foi dada uma atenção especial à recolha das vozes dos jovens através de um inquérito aplicado através da iniciativa SMS Jovem (UREPORT) promovido pela UNICEF e pela UNFPA. Este inquérito de sete perguntas foi aplicado a mais de 80 000 jovens (das 18 províncias de Angola), tendo sido recolhidas um total de 13 133 respostas.

4º Dois *Workshops* híbridos de informação/apresentação: o primeiro, realizado no dia 24 de Junho, teve como objectivos apresentar as principais etapas que culminaram no processo de consulta e reflectir acerca dos resultados preliminares. O segundo,

realizado no dia 12 de Agosto, teve como objectivo apresentar e recolher contributos acerca do relatório da Consulta Nacional no quadro da Cimeira de Transformação da Educação. Nestes *workshops* participaram aproximadamente 81 pessoas, sendo que os seus contributos fazem parte do presente relatório.

3. Sistema de Educação e Ensino em Angola

O Sistema de Educação e Ensino em Angola é regulado pelo Estado, através do Ministério da Educação (MED) e do Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (MESCTI), cujos pressupostos legais são sustentados pela Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino nº 17/16 de 6 de Outubro (LBSEE). A obrigatoriedade da educação abrange a classe da iniciação, o ensino primário e o I ciclo do Ensino Secundário.

No sentido da promoção do desenvolvimento humano e educacional e a assegurar uma educação e aprendizagem ao longo da vida para todos (gratuita e de qualidade – ODS, Agenda 2030), Angola tem vindo a actuar através de políticas internas de desenvolvimento (PDN 2013-2018/PDN 2018-2022). Com tal intuito, tem-se assistido à priorização de programas relacionados com a alfabetização, a expansão do pré-escolar, o desenvolvimento e melhoria do ensino primário e secundário, a melhoria do sistema de formação e capacitação de quadros da educação e a atribuição de bolsas de estudo para a continuidade de formação a nível superior.

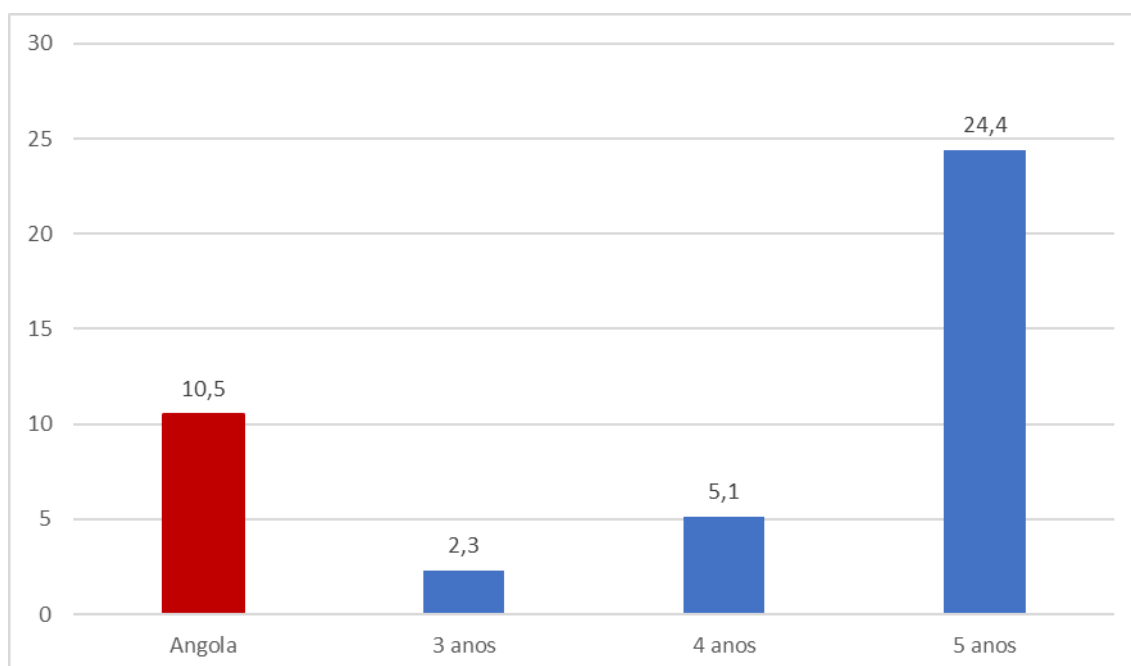
Não obstante ao aumento de crianças em idade escolar a frequentar o ensino, ao aumento do acesso a outros níveis de ensino, à capacitação dos docentes e à melhoria de uma forma geral do sistema de ensino desde o fim da guerra civil, ainda é visível a necessidade de melhoria das infraestruturas, condições e ferramentas de ensino em todo o país, sobretudo nas zonas rurais. Desta forma, Angola tem vindo a atravessar momentos pautados por avanços e retrocessos de política educativa que condicionaram sua evolução positiva, bem como sua afirmação no cenário internacional e até mesmo regional.

3.1. Educação Pré-escolar, Ensino Primário e Secundário

No que diz respeito à Educação Pré-escolar, até 2013³ os dados estatísticos indicavam a existência de 498 instituições de atendimento à primeira infância em funcionamento, sendo 164 Centros Infantis, dos quais 67 da rede pública, que albergavam 16.750 crianças e 97 da rede privada, onde frequentavam 23.970 crianças, bem como 334 Centros Infantis Comunitários, com um atendimento a 62.297 crianças atendidas por 472 Educadores e 2.306 Vigilantes de infância⁴.

Por sua vez os resultados do Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde (2015-2016) indicavam, no período em referência, uma frequência no ensino pré-escolar de 10,5%, conforme o gráfico seguinte.

Gráfico 1: Frequência no ensino pré-escolar, por idade (%)



Fonte: INE, Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde (IIMS) 2015 – 2016.

³ Em 2013 estimava-se que apenas 2% das crianças a nível nacional tinham acesso ao atendimento à primeira infância (Relatório sobre a Estratégia de Expansão da Rede de Educação e Cuidados da Primeira Infância, 2013).

⁴ Relatório sobre a Estratégia de Expansão da Rede de Educação e Cuidados da Primeira Infância, 2013.

Segundo a Direcção Nacional de Educação Pré-escolar, até ao primeiro semestre de 2020, o número de centros infantis aumentou para 1.515, sendo 1.344 privados e 171 públicos. Relativamente ao número de crianças matriculadas, os dados indicam até o período em referência um total de 87.589 crianças, 2.569 educadores de infância e 5.107 auxiliares de acção educativa.

Devido à necessidade de incrementar o acesso à educação na primeira infância, o Ministério da Educação implementou, em 2018 um modelo alternativo de educação pré-escolar, com o apoio da UNICEF através do projecto-piloto "Todos Unidos pela Primeira Infância" (TUPPI). Este projecto apoia as comunidades rurais com um programa parental integrado, que orienta a família, sobre como proporcionar estímulo precoce, nutrição, água e saneamento a crianças com menos de cinco anos de idade. Para monitorizar os facilitadores comunitários, providenciar supervisão e assegurar que os beneficiários recebam serviços integrados de apoio ao desenvolvimento da primeira infância, foram estabelecidas a nível provincial equipas multi-sectoriais de representantes dos sectores da educação, saúde, acção social e justiça.

Os resultados de avaliação do projecto-piloto, apresentados no primeiro semestre de 2022, mostram que um total de 26.154 (11%) crianças com idades entre os zero e os seis anos, residentes em várias comunidades do país, está a beneficiar do TUPPI⁵. A experiência indica que o TUPPI representa uma oportunidade para alavancar a agenda da primeira infância no país, uma vez que o investimento nos primeiros anos da criança é fundamental para desenvolver todo o seu potencial e promover o sucesso nos anos escolares seguintes.

Não obstante os resultados acima apresentados considera-se importante o contínuo reforço em matéria de educação pré-escolar, fundamentalmente em:

- Investimento em equipamentos de atendimento à primeira infância;
- Políticas sociais de protecção e educação da primeira infância;
- Formação específica de técnicos de atendimento à primeira Infância;

⁵ Jornal de Angola, *Educação nas comunidades beneficia 26.154 crianças*, publicado a 26/07/2022.

No que diz respeito ao Ensino Primário, de acordo com o Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística (GEPE) do Ministério da Educação (MED) e o Inquérito sobre Despesas, Receitas e Emprego em Angola (IDREA) 2018-2019, 5,2 milhões de crianças dos 5 aos 11 anos não frequentavam a escola em 2018/19, o que equivale a 30,4% das crianças desta faixa etária. Ao mesmo tempo, 71,6% das crianças de 12 a 14 anos não frequentavam a escola (Quadro 1).

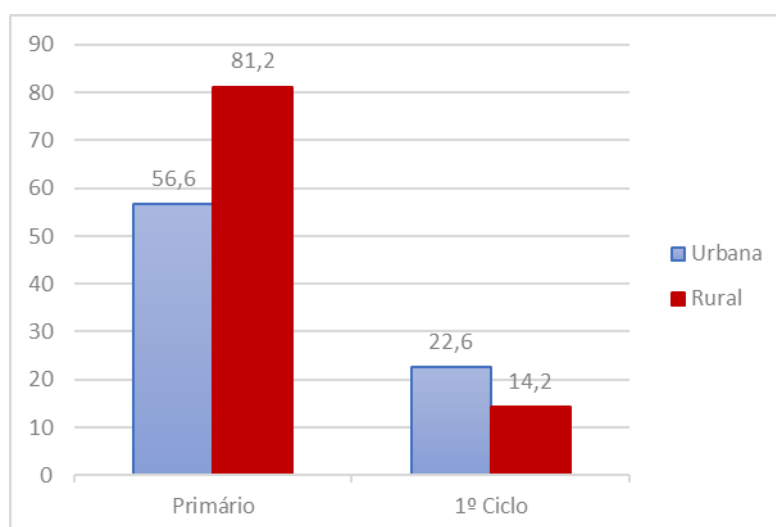
Quadro 1: Percentagem de crianças que não frequentaram a escola 2018/19

Idade	% de crianças fora da escola
5 a 11	30,4
12 a 14	71,6
15 a 18	81,3

Fonte: GEPE, 2021

A análise revela que a frequência escolar nas zonas rurais é mais elevada a nível primário, enquanto que é mais baixa a nível de 1º ciclo (Gráfico n.º 2). Isto revela que a retenção nas escolas primárias e a transição para o ensino secundário são desafios particulares que as crianças enfrentam nas zonas rurais. Isto é, existe uma predominância de abandono nas zonas rurais após o ensino primário.

Gráfico 2: Frequência escolar a nível primário e 1º ciclo, por zona (%)



Fonte: INE, Inquérito sobre despesas, receitas e emprego em Angola (IDREA) 2018-2019: Quadros de resultados, volume II, Março 2020.

Segundo os dados da UNICEF⁶ (2019), embora as taxas brutas de matrícula no ensino primário tenham sido sempre superiores a 100 %, as taxas líquidas de matrícula são muito mais baixas. O relatório mostra que esta situação se deve por um lado, à entrada tardia de crianças na escola, e por outro, às altas taxas de reprovação, tendo como consequência a junção de iniciantes e repetentes, que por sua vez cria desafios tanto a nível económico como pedagógico.

No que concerne à taxa bruta de frequência escolar no ensino primário, o IDREA (2018-2019) revela que 114,2% dos meninos com 6-11 anos e 115,6 % das meninas na mesma idade frequentaram o ensino primário. O índice de paridade de género é de 0,98%, o que indica que nesta faixa etária, praticamente não existem diferenças de frequência entre meninos e meninas.

Ressalta desta análise, o progresso no acesso ao ensino entre raparigas e rapazes a nível do ensino primário. Há claramente uma valorização das famílias em relação ao envio das crianças entre os 6 e os 11 anos para a escola, contudo com o avançar dos ciclos os dados começa a revelar maiores disparidades, fruto de alguns constrangimentos que as raparigas encontram no acesso e percurso escolar.

Apesar das dificuldades para a implementação da agenda internacional e nacional, no período entre 2018-2021, os dados do GEPE do MED mostram o aumento da taxa líquida de escolarização no Ensino primário de 74,2% (em 2017) para 76,1% (no período 2018-2021), tendo também as taxas de conclusão aumentado de 50,2 % (em 2017) para 62,12%, mostrando assim que a nível do ensino primário, antes da pandemia do COVID-19, traduziam-se numa evolução bastante positiva. Para além disso, no que diz respeito às infra-estruturas houve também uma melhoria e crescimento, sendo que o número de salas aumentou a nível nacional (de 25.617 para 35.645).

⁶ Situation Analysis Of Children In Angola, UNICEF, 2019

No ensino secundário, a taxa líquida de escolarização passou de 18% em 2017 para 35,37% em 2021. Para além deste aumento, em termos de equidade de género registou-se uma melhoria na frequência das raparigas entre 2016 (IIMS) e 2018 (IDREA), com um índice de paridade a crescer de 0.85 para 0.92, o que implica uma redução da amplitude e uma redução da disparidade entre raparigas/rapazes. Contudo, embora o índice de paridade tenha aumentado a nível nacional, no meio rural as disparidades mantêm-se bastante acentuadas, sendo o IPG nas áreas urbanas de 0,97, e nas zonas rurais de apenas 0,51. Um dos factores que está na base desta diferença é o facto das raparigas terem de conciliar o trabalho doméstico com o escolar. Segundo o Diagnóstico de Género em Angola 2022⁷, as raparigas, quando comparadas com os rapazes, continuam a enfrentar mais barreiras no que diz respeito ao ingresso e permanência, conforme demonstra a *BOX 1*.

BOX 1 – Principais barreiras no ingresso e permanência no ensino secundário para as raparigas

I) Gravidez – as jovens estudantes enfrentam altos níveis de discriminação e preconceito sendo por vezes expulsas das escolas ou forçadas a estudar no período nocturno;

II) Estereótipos de género e obrigações domésticas – as raparigas são desde muito cedo ensinadas a assumir responsabilidades domésticas como o cuidado da casa e de irmãos mais novos e recolção de lenha e água;

III) Ausência de serviços escolares (infraestruturas adequadas) – sobretudo nas zonas rurais existem ainda limitações em termos de salas de aulas suficientes para o número de crianças. Para além disso as distâncias que têm de percorrer entre as suas residências e as escolas são uma maior condicionante para as raparigas pela insegurança de percorrermos sozinhas longas distâncias. Finalmente, o Diagnóstico refere a ausência de casas de banho e saneamento básico (sobretudo nas escolas rurais) como um dos constrangimentos mais sentidos pelas raparigas, sobretudo durante o período menstrual;

IV) Recursos económicos parcos – devido às dificuldades financeiras as raparigas tendem a abandonar a escola para ajudar as mães nas tarefas domésticas ou para iniciarem actividades comerciais ou agrícolas, sobretudo no mercado informal.

Fonte: União Europeia, Diagnóstico de Género em Angola, 2022.

⁷ União Europeia, Diagnóstico de Género em Angola, 2022.

No que diz respeito às infra-estruturas, houve um aumento de 15.364 salas de aula entre 2017 e 2021⁸

Em relação ao Técnico-Profissional, de 29.650 diplomados em 2017 houve um aumento para 47.068. Em termos de formação profissional, no período entre 2018 até ao I Trimestre de 2022, destacam-se a formação de 230.479 técnicos pelo Sistema Nacional de Emprego e Formação Profissional (SNEFP), a abertura de sete novos Centros de Formação Profissional (Huíla, Cabinda, Malanje, Moxico, Luanda Uíge e Huambo) e de um Pavilhão de Artes e ofícios, perfazendo um total de 149 Centros de Formação Profissional.

Para além disso, importa destacar que a taxa de alfabetização de jovens e adultos atingiu, nos últimos anos 75%, quando no início do século não chegava aos 50%.

3.2. Ensino Superior

O Ensino Superior é o conjunto integrado e articulado de diversos órgãos, instituições, disposições e recursos que visam à formação de quadros e técnicos, à promoção e realização da investigação científica e da extensão universitária, com o objectivo de contribuir para o desenvolvimento⁹.

Observa-se no período de 2018-2021, um crescimento significativo em termos de número de instituições, cursos (de graduação e pós-graduação), docentes, estudantes matriculados, bolseiros, finalistas e infraestruturas de extensão e investigação científica. Até 2021, as Instituições de Ensino Superior (IES) em Angola, ministravam um total de 1.905 cursos, sendo a Psicologia, o Direito, a Enfermagem as três áreas com o maior

⁸ Valor referente à soma do número de aulas construídas no I Ciclo e no II Ciclo (9.875 e 5.489 respectivamente).

⁹ UNIAO, *Estudo diagnóstico sobre a inclusão e acesso à formação pós-graduada mais sensível ao género e aos grupos vulneráveis*, 2022.

número de cursos existentes¹⁰, destacando-se o aumento do número de graduados de 20.027 em 2017 para 50.962 estudantes.

No que diz respeito à equidade de género a nível da graduação (licenciatura) regista-se actualmente um aumento do ingresso de mulheres em comparação aos anos anteriores, sendo que estas constituem cerca de 46% do corpo estudantil. Embora hajam algumas diferenças entre a participação de mulheres no ensino público e no ensino privado, em termos de área de formação os cursos de Ciências Sociais, Negócios, Administração e Direito são aqueles onde existe maior paridade. Por sua vez no domínio da saúde e bem-estar, as mulheres encontram-se em maioria (70,5%) e é na área das engenharias onde estão menos representadas (21,4%)¹¹.

Tabela 1 - Estudantes Matriculados por Instituições de Ensino Superior, Natureza e Sexo

Instituição do Ensino Superior, Natureza	Sexo		Total Geral	%
	M	F		
Pública	78 087	46 669	124 756	40
Privada	89 262	94 291	183 553	60
Total Geral	167 349	140 960	308 309	100

Fonte: GEPE – MESCTI (2020).

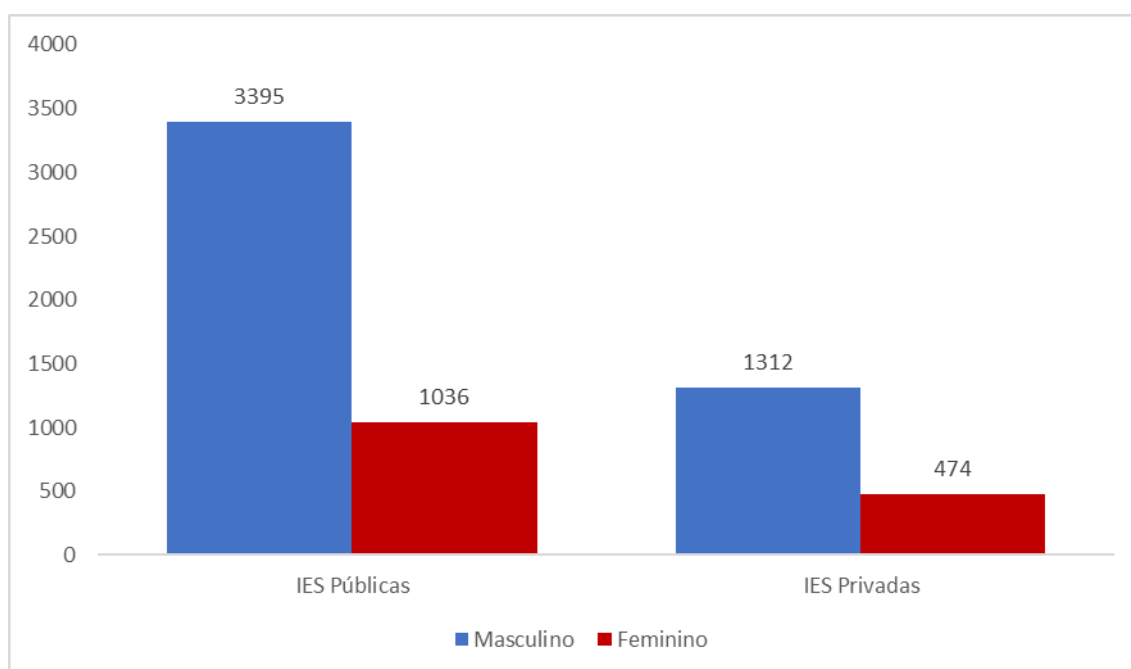
Com o intuito de fomentar a formação de mulheres nas áreas das CTEM (Ciências, Tecnologias, Engenharias e Matemática) e nas Ciências Médicas e da Saúde, foram atribuídas bolsas de estudo a alunas carenciadas do Ensino Secundário que frequentam cursos que dão acesso ao Ensino Superior. De 2019 até 2021 o número de bolsas atribuídas, neste projecto, aumentou de 250 para 610. Para além disso, houve um incremento do número de bolsas de estudo internas (de graduação e pós-graduação) passando este valor de 5.500 para 25.550 bolsas de estudos. A nível de bolsas de estudo externas existem um total de 1.206 bolseiros.

¹⁰ Jornal Expansão, *Há um aumento de vagas no superior de 11,6% em relação ao último ano mas Governo lamenta escassez de cursos agrícolas e de ciências*, 2021.

¹¹ Informação obtida através do processo de entrevistas a actores-chave do MESCTI.

A nível da pós-graduação os dados mostram (Gráfico 3) que são muito mais os homens que prosseguem estudos a nível de Mestrado e Doutoramento do que as mulheres. A prioridade dada ao casamento e ao cuidado dos filhos, além do fraco apoio da família para continuidade dos estudos, aliada a dificuldades económicas relega a formação contínua da mulher para um segundo plano¹².

Gráfico 3 - Matriculados em Cursos de Pós-Graduação por Natureza da Instituição de Ensino Superior e Sexo



Fonte: Varela, Osvaldo (2021). A pós-graduação em Angola: situações e desafios. Luanda: Programa UNI.AO/ DNES-MESCTI

Como incentivo à continuidade dos estudos, o Programa de Envio Anual de 300 Licenciados e Mestres Angolanos com Elevado Desempenho e Mérito Académico para as Melhores Universidades do Mundo, seleccionou em 2021, 494 estudantes. Para além disso, no âmbito do Projecto de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia (PDCT)¹³,

¹² UNI.AO, *Estudo diagnóstico sobre a inclusão e acesso à formação pós-graduada mais sensível ao género e aos grupos vulneráveis*, 2022.

¹³ O PDCT é um projecto executado pelo Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação e financiado em 90% pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e em 10% pelo Governo de

foram, entre o ano de 2021 e início de 2022, criadas as condições para o envio do primeiro grupo de bolsiros de Doutoramento (12) e de Pós-Doutoramento (3). Foram também, formados 183 doutores e 931 mestres, capacitados 1.149 docentes universitários com cursos de agregação pedagógica, aprovados e financiados 59 projectos de investigação científica até ao I Trimestre de 2022, face aos 26 financiados em 2017, e actualizadas as categorias de 907 docentes, mediante provimento administrativo excepcional.

A aposta na educação, em particular no ensino superior, nota-se como sendo uma prioridade para Angola, para o reforço e aperfeiçoamento de novas capacidades formativas que permitam aos técnicos dar respostas cada vez mais eficazes, assim como adoptar formas sustentáveis de exploração dos recursos naturais de que o país dispõe. Para tal, é importante que não se perca de vista o foco no financiamento das tarefas essenciais das universidades.

3.3. Acesso e ingresso à educação em Angola nos diferentes níveis de ensino: principais barreiras e constrangimentos

Tendo sido apresentado, no ponto anterior, um panorama do contexto geral do acesso e frequência escolar desde o Ensino primário ao Ensino Superior, e havendo uma melhoria no progresso do ensino em Angola, ainda assim é possível afirmar que são várias as barreiras existentes tanto no acesso ao ensino como durante o percurso escolar¹⁴. Neste sentido, agruparam-se os factores identificados em duas tipologias: factores de ordem sociocultural e factores de ordem infraestrutural e/ou política.

Angola que visa contribuir para a diversificação da economia através da inovação científica e tecnológica.

¹⁴ Relatório Preliminar da UNICEF “Acesso, retenção e transição do ensino primário para o ensino secundário em Angola: lições aprendidas e estratégias para o caminho a seguir” de 24 de Junho de 2021

3.3.1. Factores de ordem sociocultural

- **Êxodo rural devido à vulnerabilidade económica** – Devido às dificuldades económicas das famílias e à falta de oportunidades e alternativas profissionais existentes nas zonas rurais muitas famílias, ou os filhos adolescentes destas famílias, vêem-se obrigados a deslocar-se para os centros urbanos à procura de rendimento acabando por não regressar à escola;
- **Transumância, agricultura e realização de outras tarefas domésticas (trabalho infantil)** – O trabalho infantil é um dos principais obstáculos para alcançar a educação de todas as crianças, uma vez que prejudica a capacidade das crianças de entrar e sobreviver no sistema escolar, e torna mais difícil obterem benefícios educacionais da escolaridade uma vez no sistema. O inquérito de 2015-2016 sobre Indicadores de Saúde Múltipla revelou que mais de 1,2 milhões de crianças em Angola com idades compreendidas entre os 5 e os 14 anos se dedicam ao trabalho infantil, o que equivale a 15,1% das crianças desta faixa etária. Muitas ausentam-se da escola, sobretudo nas zonas rurais e mais a sul do país, por longos períodos para realização de transumância, actividades agrícolas, ou recolha de água para os animais e família. São assim obrigadas a dividir-se entre buscar água e proteger a maior riqueza das suas famílias, os animais, percorrendo muitos quilómetros o que acarreta um esforço físico severo e consequentemente sérias dificuldades de concentração quando estão na escola resultando a longo prazo num abandono escolar expressivo;
- **Ritos de iniciação femininos e masculinos** – A socialização das crianças, em particular a das meninas, faz-se no contexto da tradição, apoiada em ritos iniciáticos e fundada na discriminação da mulher cujo destino fica traçado desde a sua nascença (ser dona de casa, esposa e mãe) e cuja vida se sujeita às lógicas de dominação masculina. Também os rapazes passam por rituais de iniciação onde, em algumas culturas, fazem retiros – afastados das suas famílias - por períodos de um a dois anos (i.e. ritual da Mukanda). Estas práticas levam ao afastamento temporário da escola o que acaba por influenciar os seus percursos escolares levando a longo prazo à desistência efectiva;
- **Casamento e maternidade precoces** – este factor surge no seguimento do anterior, sendo, no entanto, destacado por ser um dos maiores factores que leva ao abandono escolar de raparigas, sobretudo no ensino secundário. Segundo Eugénio Silva (2011) “A conjugação de factores socioeconómicos desfavoráveis e a predominância dos valores tradicionais da educação comunitária forçam as raparigas do meio rural, na sequência do cumprimento dos ritos de iniciação, a abandonar precocemente a escola para se prepararem para o casamento e

a maternidade. Assim sendo, a mulher rural, cuja função social se restringe ao contexto doméstico, tem reduzidas oportunidades de participação e intervenção social, deixando-se aos homens a prerrogativa de decidir os destinos da comunidade” (p. 24);

- **Desvalorização da educação e desigualdade de género** – os factores mencionados anteriormente têm por base um factor mais amplo que é a falta de reconhecimento, por parte das famílias – sobretudo em localidades rurais – do valor da educação como algo importante e que pode contribuir para a melhoria económica das famílias. Este factor leva as famílias a não considerarem importante a presença das crianças na escola, uma vez que têm de desempenhar outras tarefas que são consideradas mais importantes e que podem gerar renda para apoiar a família. Assim é perceptível que exista também uma forte desvalorização do ensino pré-escolar. De acordo com o Relatório Final “Educar Angola 2030”, para além de haver pouca oferta de instituições públicas a nível pré-escolar, muitas famílias desconhecem a importância da educação pré-escolar e primária para o crescimento da criança, considerando que estas devem apoiar na geração de renda das famílias através de actividades já referidas como a transumância ou a agricultura. Paralelamente, e como já foi possível referir, as raparigas acabam por ser mais prejudicadas do que os rapazes pois a tradição mantém o enfoque no papel da mulher como esposa, mãe e dona de casa, uma vez que recai o preavalecimento sobre o rapaz, em detrimento da rapariga, para frequentar a escola;

- **Fraco desenvolvimento cognitivo e ambiente no lar não favorável** – de acordo com o Relatório de Diagnóstico do sector de WASH de Angola: um apelo urgente à acção (2020) a má nutrição infantil é um problema grave: “(...) Metade das crianças com menos de cinco anos são anémicas, estima-se que 37,6 por cento das crianças sejam raquíticas, 4,9 por cento sofram de definhamento, e 19 por cento tenham um peso inferior ao normal”. Estas inúmeras carências físicas e nutricionais que apresentam desde tenra idade condicionam o seu processo de aprendizagem. Para além disso a falta de interacção social adequada com as crianças e a ausência de um ambiente favorável para estudar são factores que podem interferir com os resultados da aprendizagem. A instituição familiar é fundamental à própria vida social, cujas funções principais são de natureza educadora, socializadora e psicológica. Quando a criança tem carências nutricionais e/ou afectivas o seu sucesso escolar é afectado a curto e longo prazo;

3.3.2. Factores de ordem infraestrutural e/ou político

- **Água, saneamento e higiene escolar**— de acordo com os dados apresentados no Relatório de Monitorização Voluntário dos ODS cerca de 70% das escolas em Angola vivem dificuldades no que concerne ao acesso a serviços. Em 2019, apenas 23% das escolas do ensino primário e 45% das escolas do ensino secundário tinham acesso à água. Estes valores tornam-se ainda mais preocupantes quando se comparam as escolas das zonas urbanas com as escolas de zonas rurais. Apenas 29,2% das escolas em áreas rurais tinham, em 2018-2019, acesso a fontes de água apropriadas para beber¹⁵. Para além disso os dados sugerem que a média de acesso pelos alunos a WC é de 58%, sendo o uso de latrinas de 28.52%, e a prática de defecação ao ar livre de 44.70% (ao lado da escola 43.90% e no mato 45.49%)¹⁶. O acesso a água, saneamento e higiene é essencial para a saúde, o desenvolvimento e o bem-estar de uma criança em idade escolar. Vários estudos concluem que a existência de infraestruturas débeis, com falta de água e condições adequadas faz com que muitas raparigas abandonem a escola durante o período menstrual, o que acaba por ter efeito nas taxas de conclusão femininas;
- **Alimentação (merenda escolar)** — tal como já referido anteriormente a má nutrição influencia directamente o processo de ensino-aprendizagem. Segundo o Programa Alimentar Mundial (PAM) as refeições escolares ajudam a evitar não só a insegurança alimentar das crianças, mas servem também como instrumento de transformação que assegura que todas as crianças tenham acesso a educação, saúde e nutrição¹⁷. Particularmente em Angola o Programa da Merenda Escolar foi considerado, pelos pais, encarregados de educação, professores e directores de escola, um forte incentivo à assiduidade e permanência dos alunos na escola;
- **Distância no acesso à escola** – o acesso à escola é muitas vezes dificultado pela distância a que esta se encontra, especialmente nas zonas rurais, e também pelo acesso limitado ou inexistente de transportes escolares. De acordo com um estudo¹⁸ feito na província da Huíla a distância média das escolas nas áreas rurais e fora das sedes municipais é considerável – cerca de 5km para escolas do ensino

¹⁵ Instituto Nacional de Estatísticas (INE), Inquérito sobre despesas, receitas e emprego em Angola (IDREA) 2018-2019: Quadros de resultados, volume II.” Março 2020

¹⁶ UNICEF: “Água e saneamento nas escolas de Angola: Diagnóstico das condições de água e saneamento em 600 escolas de 6 províncias de Angola.” 2016

¹⁷ <https://news.un.org/pt/story/2021/03/1743012>

¹⁸ UNICEF: “Crianças fora do sistema de ensino ou em risco de abandono escolar na província da Huíla.” 2016.

primário e 12km para escolas do 1º ciclo. Para além disso, as condições meteorológicas acabam por criar também barreiras no acesso. A inundação dos caminhos de acesso, a subida dos rios ou a seca extrema, são condicionantes que dificultam o percurso escolar, e que muitas vezes condicionam o normal funcionamento das escolas;

- **Segurança no âmbito escolar** – a degradação de algumas escolas e/ou a construção débil das mesmas faz com que muitas vezes estes locais não sejam seguros. A queda de paredes, o levantamento da cobertura em chapa de zinco, ou a entrada de água nos períodos de chuva intensa, faz com que crianças, encarregados de educação e professores, não considerem a escola como um local seguro. Para além disso a existência de práticas de violência baseadas no género também é também uma problemática que põe em causa a segurança das escolas;
- **Baixa qualidade do ensino** – segundo o Relatório da UNICEF “Análise de situação: crianças e mulheres em Angola” (2015), sobre a análise de situação de crianças e mulheres, a grande mistura de idades nas salas de aula (fruto dos altos índices de reprovação, de entradas tardias para a escola e de turmas demasiado extensas) e os investimentos inadequados contribuíram para prejudicar em certa maneira a aprendizagem dos alunos. Entre 2015 a 2017, um estudo¹⁹ realizado em três províncias (Cabinda, Luanda e Lunda-Norte) demonstra que 39% das turmas tem entre 36 a 55 alunos por turma, sendo que 19% das turmas têm entre 56% a 75% alunos por turma. Segundo as auscultações realizadas²⁰ a falta de professores foi referida como um grande constrangimento, reflectindo-se no aumento do número de alunos por turma. O mesmo estudo refere que 81.7% dos professores (entre 2015 e 2017) trabalharam com mais de uma classe. Esta situação aliada à escassez de manuais ou materiais didácticos suficientes para todos os alunos da turma, reflete-se directamente na aprendizagem causando atrasos na mesma. Paralelamente a este cenário, também a formação dos professores é ainda uma preocupação. Entre 2015 e 2017, nas províncias de Cabinda, Luanda e Lunda-Norte, cerca de 71% dos professores tem o 2º ciclo do ensino secundário concluindo, sendo apenas 14,7% dos professores formados a nível superior. Muitos professores, tal como é possível constatar não têm formação superior pedagógica para a classe em que ensinam, mantendo um modo de ensino

¹⁹ SIKOLA,2021

²⁰ Grupos focais e a entrevista realizada ao SINPROF

tradicional e transmissivo. Esta situação faz com que muitos professores, sobretudo os que trabalham com a monodocência, não se sintam à vontade com alguns dos conteúdos dos currículos que ensinam, chegando a “saltar” matérias que não dominam²¹. Segundo o estudo SIKOLA para além da maioria dos professores afirmar ter necessidade de formação (98,7%), afirmam também que as disciplinas onde sentem mais dificuldades são Matemática (62,9%), Educação Musical (52,1%) e Educação Manual e Plástica (49,9%). Esta falta de formação em matérias específicas tem como uma das consequências o aumento da dificuldade, por parte dos professores, em lidar com crianças com necessidades educativas especiais que “exigem” maior criatividade, desembaraço e técnicas pedagógicas específicas por parte do professor;

- **Pobreza** – a pobreza é sem sombra de dúvidas uma das principais barreiras à educação. Este fenómeno afecta directamente a capacidade económica das famílias e tem implicações de várias ordens no âmbito escolar. Desde a dificuldade para comprar materiais escolares até à má nutrição alimentar, a pobreza coloca em risco a saúde e a capacidade de aprendizagem das crianças. De acordo com um estudo²² realizado em 2018, três em cada quatro crianças com menos de 18 anos sofriam entre três a sete privações ao mesmo tempo. Por sua vez os dados de 2020²³ mostram que a taxa de incidência da pobreza é maior nas crianças dos 0 aos 9 anos de idade, com 64,3%, o que significa que 6 em cada 10 crianças são multidimensionalmente pobres. Mesmo que o ensino primário seja isento de custos, existem na verdade custos indirectos da educação tais como participações, materiais escolares, custos de passagem/deslocação e outros que restringem muitas vezes o percurso escolar das crianças, levando as famílias a retirar as crianças da escola para que possam também elas procurar rendimentos para as famílias;

- **Parco/inexistente acesso a energia eléctrica e a tecnologias de informação e comunicação** – em Angola o acesso à electricidade e à tecnologia digital continua bastante limitado. Apenas 42% dos agregados familiares têm acesso à energia eléctrica, sendo que 63% dos aglomerados familiares têm acesso ao telefone e

²¹ Referência feita por uma professora participante no grupo focal com professores

²² INE e UNICEF, “A criança em Angola: uma análise multidimensional da pobreza infantil”, 2018.

²³ INE, Pobreza multidimensional em Angola, Junho 2020

51% têm acesso à televisão e à rádio²⁴. Menos de 50% dos angolanos têm acesso à internet, sendo que apenas 4%²⁵ podem pagar mais de 1GB de acesso por mês²⁶. No que diz respeito ao acesso à internet nas escolas, 96% das instituições de ensino primária não tinham ligação à internet em 2019, para além disso, mais de 80% das escolas não tinha computadores. Estes números quando comparadas as zonas rurais com as zonas urbanas tornam-se ainda mais díspares, já que apenas 14% das residências nas zonas rurais têm acesso à televisão, em comparação com 75% das residências nas zonas urbanas²⁷. Restrições como a ausência de electricidade dificultam o processo de aprendizagem das crianças. Para além disso a ausência de televisão e de internet influencia o acesso a meios alternativos de aprendizagem assim como o acesso à educação à distância.

O executivo angolano tem vindo a implementar por meio de programas e projectos multissetoriais, acções que visam mitigar o impacto dos factores acima mencionados, nomeadamente, o Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), com a finalidade de materializar acções de Investimento Público (PIP), de Despesas de Apoio ao Desenvolvimento (DAD) e de actividades básicas com prioridade para as acções de carácter social, de modo a inibir o êxodo rural e promover o crescimento económico, social e regional mais inclusivo no país.

Implementou também, o Programa de Fortalecimento da Protecção Social através de transferências Monetárias “Kwenda”, desenvolvido com o Banco Mundial, que tem beneficiado famílias vulneráveis com um apoio financeiro para que estas possam desenvolver iniciativas de empoderamento. No período entre 2018-2021, beneficiaram de transferências monetárias directas, 350 000 famílias, no âmbito do Programa Integrado de Combate à Pobreza²⁸.

²⁴ MED : “Plano de emergência do sector da educação para resposta à pandemia da COVID- 9.” 2021

²⁵ OECD-AU (2021) Africa’s Development Dynamics 2021: Digital Transformation for Quality Jobs.

²⁶ SIMTIC/MINTTICS,dadosadministrativos,2020.

²⁷ Dreesen, Thomas, Spogmai Akseer, Matt Brossard, Pragma Dewan, Juan-Pablo Giraldo, Akito Kamei, Suguru izunoyaandJavierSantiagoOrtiz:“Promisingpractices orequitableremotelearning:Emerginglessons rom COVID-19 education responses in 127 countries.” UNICEF Innocenti, 2020.

²⁸ Jornal de Angola, *Mais de 350 mil famílias beneficiam do dinheiro do kwenda*, Maio de 2022.

3.4. O impacto do COVID-19 no Sistema de Educação e Ensino

A volatilidade do mercado internacional do petróleo foi ainda agravada pelas incertezas globais. Em Angola, a emergência da pandemia COVID-19 amplificou a crise económica, sendo que as perspectivas a curto prazo para a recuperação da economia nacional estão fortemente correlacionadas com a evolução global da pandemia e as tendências dos mercados petrolíferos internacionais.

Desta forma, o encerramento temporário das instituições de ensino, num contexto de elevada retenção no Ensino Secundário, teve impactos a nível dos resultados de aprendizagem e também da segurança física, psicológica e nutricional das próprias crianças. Estima-se que o encerramento das escolas tenha afectado cerca 8,7 milhões de estudantes²⁹.

Segundo o Relatório Preliminar da UNICEF (2022), a pandemia “(...) corre o risco de alterar os consideráveis resultados positivos alcançados ao longo dos últimos 20 anos, como o aumento das matrículas de 2,2 milhões de estudantes em 2001 para mais de 10 milhões em 2019”, o que se viu reflectido a vários níveis. Um dos principais impactos foi o facto de que muitas das crianças, adolescentes e jovens, que estavam matriculados antes da pandemia, terem abandonado a escola. De acordo com o Estudo sobre o impacto da COVID-19 na Educação em Angola³⁰, implementado pelo MED e pela UNICEF, houve uma taxa de 15% de desistência escolar, onde as meninas representam a maioria, com excepção da capital do país, Luanda.

Tabela 2 – Taxas dos alunos relativas ao abandono e regresso à escola

Todas as crianças	2018-2019	2019-2020	2020-2021
Primário	5.5%	5.1%	4.7%

²⁹ GEPE-MED

³⁰ Governo de Angola e UNICEF, Relatório Preliminar: Avaliação Rápida da Reabertura Escolar Segura e Inclusiva, no Contexto da Covid-19, Julho de 2022.

Secundário	7.1%	4.3%	-1.2%
Total	5.8%	5.2%	4.1%
Rapazes	2018-2019	2019-2020	2020-2021
Primário	5.9%	5.6%	5.0%
Secundário	6.3%	4.2%	-1.4%
Total	6.1%	5.5%	4.4%
Raparigas	2018-2019	2019-2020	2020-2021
Primário	6.4%	5.6%	5.1%
Secundário	10.4%	5.5%	-2.1%
Total	6.8%	5.8%	4.6%

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Educacional (SIGE), MED, 2022

O encerramento trouxe também à tona efeitos adversos imediatos na segurança e bem-estar das crianças, uma vez que estando fora da escola, o risco de serem vítimas de violência baseada no género acresce, conforme relataram os dados recolhidos em 2020, pelo Instituto Nacional da Criança (INAC), em que 7.283 raparigas foram vítimas de violência física, sexual ou psicológica, e 15.000 casos de diferentes formas de violência³¹.

Para além disso, outra consequência do encerramento foi o de comprometer os resultados nutricionais dos agregados familiares de baixos rendimentos, cujas crianças dependem de programas de alimentação escolar ainda mais agravados pela capacidade limitada dos pais de participarem plenamente no mercado de trabalho, devido ao facto das crianças não frequentarem a escola.

Por conseguinte, a pandemia do COVID-19 fez com que as escolas e instituições de ensino superior fossem obrigadas a repensar as suas formas de agir e interagir com as crianças e estudantes. Houve necessidade de fazer ajustamentos, criar condições de biossegurança e distanciamento social, repensar os currículos, reduzir o número de horas lectivas, entre outras. Desta forma o tempo de aprendizagem efectivo tornou-se

³¹ UNICEF (2020) e INAC (2020).

cada vez mais comprometido, requerendo assim medidas criativas e inovadoras para repensar a educação e garantir a aprendizagem em contextos alternativos.

3.4.1. Estratégias adoptadas de mitigação do impacto da COVID 19 e de recuperação das aprendizagens nos diferentes níveis de ensino

Dentre as várias estratégias gizadas pelo executivo angolano, o ensino a distância destacou-se com o intuito de assegurar a continuidade do ensino durante a pandemia. No entanto, as instituições de ensino (a todos os níveis de ensino) não dispunham de infraestruturas digitais suficientes para assegurar a eficácia do ensino à distância. Para além disso, de acordo com as consultas realizadas, os professores também não se sentiam preparados para o modelo digital de ensino, não tendo formação adequada para tal. Para além da falta de proficiência nas TIC, um grande número de estudantes, encarregados de educação e professores, não dispunham de acesso à Internet nem aos dispositivos necessários para participar nesta modalidade de aprendizagem. Como tal, foram pensados programas de aprendizagem baseados na televisão e na rádio. Embora estas duas soluções fossem mais acessíveis, segundo dados do INE, em 2017, apenas 51% dos agregados familiares possuíam rádio ou televisão.

Neste sentido, tanto o MED como o MESCTI, por via das várias direcções e institutos tutelados, elaboraram formas inovadoras de ensino e aprovaram diplomas legais. Assim sendo, abaixo apresentamos uma listagem de algumas das medidas adoptadas como estratégias de mitigação dos impactos da COVID-19 e de recuperação das aprendizagens:

Educação Pré-escolar, Ensino Primário e Secundário

1. Implementação de medidas de higienização individual e colectiva e de zonas específicas de acesso e de saída das instalações;
2. Alteração de alguns artigos da Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino 17/16 com a aprovação de modalidades diferenciadas de educação (LBSEE 32/20, artº. 81);
3. Implementação do modelo de ensino a distância (tele e rádio aulas de conteúdos didácticos do ensino geral através dos órgãos de comunicação social públicos);

4. Construção de infraestruturas sanitárias sensíveis às questões de género, para garantir a permanência das meninas nas escolas;
5. Elaboração de um plano de recuperação das aprendizagens do ensino básico e secundário;
6. Elaboração de actividades e exercícios pedagógicos correspondentes aos conteúdos programáticos;
7. Criação de diferentes serviços de apoio (ex. salas de informática, gabinetes de apoio psicopedagógico, entre outros);
8. Projecção de infraestruturas arquitectónicas sensíveis às crianças, inclusive com necessidades especiais;
9. Elaboração do Manual de Normas de Organização e Funcionamento das Escolas.
10. Implementação dos currículos mínimos definidos como parte da estratégia de regresso à escola;
11. Actualização, desenvolvimento do referencial e competências dos agentes da educação;
12. Introdução do projecto Piloto dos exames Nacionais nos subsistemas de Ensino;
13. Reforço do Sistema Nacional de Avaliação das Aprendizagens;
14. Implementação do projecto virtual em off-line “XILONGA” (Escola Virtual Angolana)³² com conteúdos programáticos para auxiliar os professores e alunos do Ensino Primário e Secundário;
15. Formação contínua dos educadores e professores em tecnologias de informação e comunicação;
16. Construção de Centros de Excelência para formação contínua para Agentes da Educação;
17. Construção de salas de recursos didáctico-pedagógicos nas Escolas.

Ensino Superior

1. Implementação de medidas de higienização individual e colectiva e de zonas específicas de acesso e de saída das instalações;
2. Condensação dos programas curriculares para a implementação no ano académico 2020/2021;
3. Alteração do ano académico passando de Março a Dezembro para de Outubro a Julho do ano seguinte;
4. Aprovação do regulamento do ensino à distância e semi-presencial;
5. Implementação de novos cursos com novos métodos de ensino e aprendizagem, designadamente métodos de *b-learning*, digitalização dos conteúdos, dos livros e de aulas;
6. Fomento da inclusão das TIC nas IES;
7. Formação de professores para o ensino semi-presencial e à distância;
8. Aumento do acesso de entidades provedoras de internet para as famílias (acesso à distância, pelos estudantes aos conteúdos formativos);

³² <https://xilonga.med.gov.ao/>

9. Criação de um repositório de acesso aberto às publicações feitas em Angola ou por angolanos.

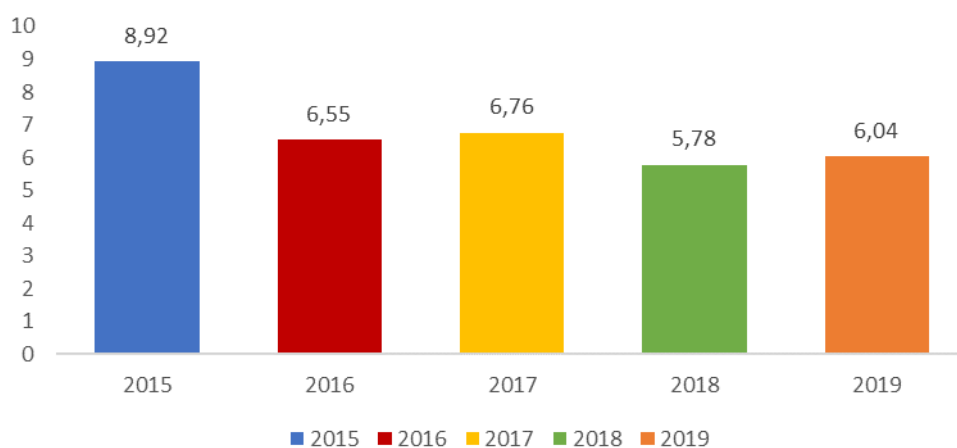
3.5. O financiamento do Sistema Educação e Ensino

O financiamento do Sistema de Educação e Ensino é considerado, de uma forma geral, um importante mecanismo de desenvolvimento de um país. É necessário ter em conta que o investimento na formação dos professores e nas Instituições de Ensino, desempenham um papel preponderante para a evolução sustentável da sociedade. Deste modo, o investimento em ensino, especialmente no ensino secundário, pode tornar-se um importante retorno para o Estado, na forma de maior arrecadação de impostos, ao decorrer do exercício de actividade de, por exemplo, um técnico médio que faz o retorno através do pagamento das suas obrigações fiscais³³.

De referir que o PDN 2018-2022, perspectivava “(...) aumentar gradualmente a afectação de recursos às funções e saúde, visando alcançar as proporções recomendadas internacionalmente e com as quais Angola se comprometeu, nomeadamente 20% para a Educação e 15% para a Saúde” (PDN 2018-2022:281). No entanto, a proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) para a Educação em 2022, previa gastar 6% da despesa, tendo sido revisto para 6,6%, o que fica aquém dos compromissos assumidos (Declaração de Dakar, 2000).

³³ Fernandes, J.M.S. Rua (2009). O impacto económico das instituições de ensino superior no desenvolvimento regional: o caso do instituto politécnico de Bragança.

Gráfico 4: Gastos na Educação (% do orçamento total do Estado)



Fonte: Ministério das Finanças (MINFIN) e UNDP, OGE 2015-2019, 2019.

Até 2017 gastava-se apenas 22 kwanzas por criança com idades entre os 0 e os 5 anos no ensino pré-escolar público³⁴. De 778,4 mil milhões o ensino pré-escolar passou a uma verba de 194,3 mil milhões de kwanzas³⁵. Também o ensino profissional sofre no OGE2022 um corte de quase dez mil milhões, passando para 2,9 mil milhões de kwanzas. Por outro lado, o ensino primário e o ensino secundário obtiveram um ligeiro crescimento na proposta de OGE2022, passando o primeiro de 46,1 mil milhões para 55,3 mil milhões, e o segundo de 13 mil milhões para 17,3 mil milhões.

Para além disso, existem grandes diferenças nas atribuições por província na alocação à educação que acabam por influenciar o surgimento de desigualdades sociais³⁶. A ausência de uma fórmula clara para a atribuição de recursos em função do número de

³⁴ UNICEF, 2018, Análise do Orçamento Geral do Estado.

³⁵ <https://novojornal.co.ao/politica/interior/oge2022-saude-educacao-e-inflacao-vao-dar-que-falar---deputados-vao-aprovar-orcamento-de-contencao-em-ano-eleitoral-105323.html>

³⁶ Informação recolhida em entrevista com SINPROF e nos *Workshops* de apresentação dos resultados preliminares e finais.

alunos ou para atribuir recursos em função de necessidades locais, pode-se constituir com uma das dificuldades do sector. Tendo em conta os diferentes contextos e condições, há escolas que necessitam de mais apoio orçamental do que outras³⁷.

A nível do ensino superior, de 2014 até ao quinquénio 2017-2022 registou-se um incremento no percentual de investimento de 0.39% do PIB, porém, apesar deste incremento, registou-se um decréscimo no investimento por estudante nos primeiros 4 anos do curso, passando de 0,40% do PIB, em 2017, para 0.21% em 2021³⁸.

O investimento por estudante em 2018, foi de 267.290,00 Kz (duzentos e sessenta e sete mil, duzentos e noventa kwanzas), o equivalente em dólar americano a 619,96, um decréscimo substancial, quando comparamos ao ano 2014, em que o valor atribuído era equivalente a 9.651,63 USD³⁹.

Em relação ao financiamento da investigação científica, o Governo angolano criou a Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDECIT), através do Decreto Presidencial nº 178/21, de 16 de Julho, cuja missão é implementar as políticas de ciência, tecnologia e inovação, e gerir os meios financeiros do Orçamento Geral do Estado, destinados à investigação científica e desenvolvimento (I&D).

Em síntese, depreende-se que a alocação de recursos em função do número de alunos ou em função de necessidades locais, poderia apresentar-se como uma ferramenta preciosa para garantir mais igualdade e assim alcançar os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.

4 Agenda 2030 em Angola

³⁷ Entrevista com SINPROF.

³⁸ Dados fornecido pelo MESCTI, 2022.

³⁹ Idem.

O compromisso de Angola ao incorporar as metas dos ODS no seu PDN 2018-2022, levou à criação de um Grupo Técnico, sob coordenação do Ministério da Economia e Planeamento (MEP), para a criação e gestão da Plataforma dos ODS⁴⁰ e elaboração do Relatório Nacional Voluntário (RNV). Este grupo trabalhou em parceria directa com técnicos de diferentes Departamentos Ministeriais e as agências das Nações Unidas em Angola, subdivididos em quatro pelas áreas de Economia e Produção, Bem-estar Social, Democracia e Estabilidade, e Ambiente, que aglutinavam diferentes ODS⁴¹.

De um total de 231 indicadores dos ODS únicos (não repetidos), Angola identificou e apresentou informação sobre 190, aumentando assim o número de indicadores recolhidos em 2018.

Tabela 3 – Total de indicadores ODS vs indicadores identificados por Angola

	Total de indicadores	Indicadores para Angola	Em %		Total de indicadores	Indicadores para Angola	Em %
ODS 1	13	12	92	ODS 10	14	8	57
ODS 2	14	9	64	ODS 11	14	8	57
ODS 3	28	22	79	ODS 12	13	9	69
ODS 4	12	11	92	ODS 13	8	7	89
ODS 5	14	9	64	ODS 14	10	10	100
ODS 6	11	9	82	ODS 15	14	13	93
ODS 7	6	6	100	ODS 16	24	16	67
ODS 8	16	16	100	ODS 17	25	15	60
ODS 9	12	10	83	Total	247*	190	77

*Inclui repetidos.

Fonte: Relatório Nacional Voluntário, 2021

Contudo, segundo o RNV, a disponibilidade de indicadores é ainda heterogénea, o que assinala a necessidade de fortalecer o sistema estatístico para responder aos ODS, bem como de garantir uma constante monitorização e avaliação dos progressos e maior desagregação dos indicadores por género, idade, sector económico, área de residência, província, município e outras variáveis. É importante notar que a disponibilidade de indicadores se refere apenas à sua existência e recolha realizada, não devendo ser confundida com o alcance das metas indicadas nos ODS.

⁴⁰ <https://ods.ine.gov.ao/>

⁴¹ Entrevista com Ministério da Economia e Planeamento.

4.1. Desafios de Medição dos ODS: Avanços e Retrocessos

As informações recolhidas mostram que um dos grandes desafios para Angola é a disponibilidade de dados quantitativos e qualitativos que estejam, por um lado alinhados com os indicadores dos ODS – Agenda 2030, e por outro, que sejam sistematicamente actualizados. Assim, quando os dados não estão disponíveis ou actualizados, torna-se deveras difícil aferir se a informação é válida e/ou credível.

Para além disso, o acesso limitado a informação pública e a relatórios (trimestrais, semestrais ou anuais) das actividades dos diferentes sectores do governo, tanto a nível nacional como local, faz com que seja difícil medir os programas, projectos e actividades que contribuem para o alcance dos diferentes ODS. Esta dificuldade faz com que não haja uma percepção clara do nível de implementação do ODS 4 e dos restantes. De acordo com as entrevistas realizadas, estima-se que a implementação das metas do ODS 4 ronde os 30%⁴². Desta forma, como já referido, para mitigar este desafio foi estabelecida a Plataforma Nacional dos ODS, que permitirá às diferentes estruturas a actualização da informação no que diz respeito às acções que contribuem para o cumprimento dos ODS.

Não obstante aos constrangimentos supramencionados, a COVID-19 também influenciou negativamente tanto a medição como a implementação dos ODS, uma vez que a maior parte do país sofreu uma forte paralisação.

4.2. A implementação do ODS 4

O Objectivo de Desenvolvimento Sustentável 4 visa garantir uma educação inclusiva, equitativa, de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem durante toda a

⁴² Entrevistas com Ministério da Economia e Planeamento.

vida para todos. Inclui 10 metas e 11 indicadores, dos quais nove foram reportados por que representam 82% do total dos indicadores deste objectivo⁴³.

De acordo com este objectivo e as suas resoluções, Angola definiu seis metas nacionais:

- 1) Reduzir o analfabetismo de jovens e adultos;
- 2) Assegurar a educação pré-escolar;
- 3) Assegurar o ensino primário obrigatório e gratuito para todos;
- 4) Desenvolver o ensino técnico-profissional, assegurando a sua articulação com o ensino médio e superior e com o sistema de formação profissional;
- 5) Assegurar a formação de recursos humanos qualificados e altamente qualificados, necessários ao desenvolvimento da economia, inovação e conhecimento, melhorando substancialmente a formação média e superior e a formação avançada;
- 6) Formar professores com perfil adaptado a novos currículos e métodos de ensino e aprendizagem, para que sejam verdadeiros profissionais do ensino.

A *box 2* apresenta uma síntese dos dados existentes que consubstanciam o cumprimento dos indicadores reportados até ao ano de 2021, com base no Relatório Nacional Voluntário.

BOX 2 – Síntese dos indicadores reportados para o ODS 4

Os dados do Ministério da Educação, referentes ao ano 2020, apontam para uma taxa líquida de frequência escolar no ensino primário de 76,1%. Como consequência, pelo menos 23,9% das crianças na faixa etária dos 6-11 anos encontra-se fora do ensino primário. No que diz respeito às diferentes metas estabelecidas pelo ODS4 alguns indicadores basearam-se em indicadores indirectos (*proxy*) por não haver dados para medir os indicadores apresentados:

Meta 4.1.4: a taxa de conclusão do ensino primário manteve uma média acima dos 97%, contudo a retenção no ensino primário mantém-se alta;

Meta 4.2.1: não estão disponíveis dados para calcular este indicador, pelo que foi utilizado um indicador indirecto (*proxy*) para medir a referida meta - a taxa de cobertura do pré-escolar para as crianças dos 3-5

⁴³ Relatório Nacional Voluntário, 2021.

anos. Angola tem cerca de 2.9 milhões de crianças em idade pré-escolar(3-5anos), o que equivale a 9,5% da população total. Porém, apenas 11 % das crianças em idade escolar tiveram acesso ao ensino pré-escolar de acordo com o inquérito IIMS 2015-2016;

Meta 4.2.2: a taxa de participação em actividades de aprendizagem organizada um ano antes da idade oficial de entrada para o ensino primário/no nível de Iniciação é também baixa e precisa de ser melhorada, tendo o IIMS 2015-2016 apontado para uma taxa de participação de 25%;

Meta 4.3.1: quanto à taxa de participação de jovens e adultos na educação formal e não formal, foi apurada uma taxa de participação de 56% (valor encontrado em 2015 correspondente à faixa etária dos 15 aos 24 anos de idade);

Meta 4.4.1: para mediação deste indicador foi também utilizado um indicador proxy, por não haverem dados disponíveis. Assim sendo o inquérito IIMS 2015-2016 mostrou que apenas 37% dos homens e 18% das mulheres usam a Internet, sendo o uso maior nas áreas urbanas;

Meta 4.5.1: a avaliação dos índices de paridade mostrou que as taxas de frequência escolar por género são relativamente equilibradas sobretudo no ensino primário, conforme os resultados do IIMS 2015-2016 e do IDREA 2018-2019;

Meta 4.6.1: este indicador (% população que atingiu pelo menos um determinado nível de proficiência em literacia e cálculo) foi apresentado com base nos dados sobre a proporção de mulheres e homens de 15 ou mais anos que concluíram pelo menos o ensino primário (cerca de 62% dos homens e 42% das mulheres com 15 anos ou mais concluíram pelo menos o ensino primário – IIMS 2015-2016);

Meta 4.a.1: relativamente ao acesso dos serviços básicos nas escolas os indicadores demonstram que não houveram melhorias entre 2016 e 2019, mais de 70% das escolas vive com dificuldades no que toca aos serviços;

Meta 4.c.1: a análise da proporção de professores com as qualificações médias exigidas mostra que em 2016, a percentagem de professores qualificados para leccionar no Ensino primário e Secundário se situou acima de 60%, enquanto que em 2019 os valores se situaram abaixo de 20%. O decréscimo é explicado pela implementação da Lei de Bases, de acordo com o Decreto Presidencial 160/18 (artigos 17o, 19o e 21o).

Fonte: Relatório Nacional Voluntário, 2021

5. Considerações Finais

O Governo angolano tem vindo a envidar esforços no sentido de cumprir as agendas internacionais através de políticas internas gizadas no Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022 e no Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação – Educar Angola 2030. Ainda assim, considerando as metas estabelecidas pelo ODS 4, é certo que temos um longo caminho a percorrer no sentido de assegurar a educação inclusiva e

equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O processo de consulta para preparação de Angola na Cimeira sobre Transformação da Educação foi realizada em estreita parceria entre o Governo, as Nações Unidas em Angola e a Comissão Nacional de Angola para a UNESCO. De acordo com as Directrizes para Consultas Nacionais estabelecidas pela ONU, foram aplicadas metodologias de recolha de informação como a pesquisa documental, entrevistas semi-estruturadas, grupos focais e um inquérito aplicados aos jovens.

Os resultados indicam-nos que no sentido de não deixar ninguém para trás, houve progressos a nível da paridade de género, todavia a nível do ensino secundário, ainda são notórios grandes desafios para as meninas no que diz respeito ao acesso e à progressão escolar, sobretudo nas zonas mais recônditas do país. Factores socioculturais, como os rituais de passagem à idade adulta, ainda actuam como barreiras ao ingresso e ao sucesso escolar. Para além das jovens estudantes, crianças com deficiências, crianças de populações transumantes e grupos étnicos, são actores que encontram vários desafios no que diz respeito à sua integração escolar.

Em síntese é imperioso que se assuma a educação como a força motriz para o desenvolvimento das nossas sociedades, sendo que este deve ser um compromisso de todos para todos, sem deixar ninguém para trás.

6. Perspectivas e recomendações para o repensar do Sistema de Educação e Ensino em Angola

As barreiras e constrangimentos que muitos estudantes encontram no seu acesso e progresso escolar, tanto nos níveis de base como a nível superior, foram intensamente agravados pela pandemia da COVID-19, tendo muitos dos resultados e esforços políticos positivos dos últimos anos tendo-se dissipado. Neste sentido tendo como

escopo a necessidade de adequar o ensino às novas formas de pensar, sentir e agir mundiais, e de tornar as políticas educativas mais resilientes possíveis, torna-se fundamental repensar os sistemas educativos, os modelos de aprendizagem, a formação de todos os actores e o incremento de novos recursos didácticos.

Desta forma, com base em todo o processo de consulta nacional, através da análise documental, das entrevistas a actores-chave, do inquérito aplicado aos jovens e dos *workshops* de apresentação e discussão dos resultados, tendo por base os 4 eixos temáticos para transformar a educação e com vista ao reforço e empoderamento do Sistema de Educação e Ensino Angolano para renovar o engajamento político e público nas acções prioritárias e concretizar a visão do ODS4 até 2030, propomos as seguintes iniciativas:

- Fortalecer o processo de Formação Nacional de Gestão do Pessoal Docente em metodologias específicas e em tecnologias de informação e comunicação;
- Repensar os currículos, torná-los mais flexíveis, introduzindo matérias como a sustentabilidade ambiental, a educação para a cidadania global e o empreendedorismo e preparar os jovens com competências técnicas e com soft skills para a vida;
- Melhorar as infraestruturas das escolas (acesso à internet, à água, saneamento básico, infraestruturas desportivas escolares etc.) e criar diferentes serviços de apoio (ex. salas de informática, gabinetes de apoio psicopedagógico, entre outros).
- Reforçar o processo de reconhecimento, validação e certificação de competências de jovens e adultos através de implementação de um Sistema Nacional de Qualificações;
- Incrementar o orçamento alocado ao Sistema de Educação e Ensino;
- Criar fontes inovadoras e sustentáveis de financiamento e atribuir directamente às escolas um orçamento para gestão escolar;
- Melhorar o sistema de avaliação de desempenho dos agentes da educação e o processo de supervisão pedagógica nas escolas;
- Fortalecer a relação escola-comunidade-família através da criação de centros comunitários de alfabetização;
- Capacitar os gestores escolares sobre a Educação Inclusiva e Equitativa numa perspectiva prática;
- Melhorar a metodologia para a avaliação das aprendizagens das crianças com necessidades educativas especiais;
- Implementar a nível Nacional o Programa de Educação não formal “TUPPI”;

- Reforçar os programas de saúde, merenda e desporto escolar através da criação de um Fórum Multisectorial para discutir a educação em Angola e traçar políticas educativas futuras;
- Regular a mobilidade interna dos agentes de educação nos diferentes subsistemas de educação;
- Generalizar o modelo de escolas de referência, gradualmente, em todo o país e massificar a inclusão das TIC's nas instituições de ensino;
- Promover o ensino à distância e semi-presencial com recursos tecnológicos e dispositivos acessíveis para os agentes da educação e alunos;
- Prever a atribuição de subsídios para agentes de educação que trabalham nas zonas mais recônditas do país;
- Fomentar a formação dos professores do ensino superior através de bolsas de estudo para mestrado e doutoramento;
- Aumentar o número de bolsas de estudo para raparigas no quadro da equidade de género;
- Introduzir uma transformação digital na educação com base nos saberes e culturas locais (exemplo: etnomatemática);
- Promover o ensino da Língua Portuguesa e da Matemática através de metodologias lúdicas.

7. Bibliografia

- APDES, 2021. SIKOLA: Participar para uma melhor educação em Angola – Estudo de caracterização do ensino primário nas províncias de Cabinda, Luanda e Lunda-Norte, Angola.
- Banco Mundial (2018). Diagnóstico Sistemático Nacional, Angola.
- Banco Mundial (2022). Dados de Angola. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/angola/overview>.
- Bernardo, Sandra (2021, 8 de Novembro). *OGE 2022: Saúde, Educação e inflação vão dar que falar – Deputados vão aprovar Orçamento de contenção em ano eleitoral*. Disponível em: <https://novojournal.co.ao/politica/interior/oge2022-saude-educacao-e-inflacao-va-dar-que-falar---deputados-va-aprovar-orcamento-de-contencao-em-ano-eleitoral-105323.html>.
- Fernandes, J.M.S. Rua (2009). O impacto económico das instituições de ensino superior no desenvolvimento regional: o caso do instituto politécnico de

Bragança.

Disponível

em:

<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/17969>.

- GEPE – MESCTI. (2019). Anuário Estatístico do Ensino Superior, Ciência Tecnologia e Inovação 2019. Edições MESCTI.
- Governo de Angola (2021). Relatório Nacional Voluntário 2021 – Sobre a Implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, Luanda.
- Governo de Angola (2022). Livro Branco das Tecnologias de Informação e Comunicação, Estratégia para a Transformação Digital, 2019-2022.
- Governo de Angola e UNICEF, Relatório Preliminar: Avaliação Rápida da Reabertura Escolar Segura e Inclusiva, no Contexto da Covid-19, Julho de 2022.
- INE (2017). Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde (IIMS)- 2015-2016.
- INE (2018). Inquérito sobre Despesas, Receitas e Emprego em Angola, Luanda.
- INE (2020). Características dos Jovens em Angola (IDREA 2018-2019), Luanda.
- INE (2020). Employment Survey, IV quarter.
- INE (2020). Pobreza Multidimensional em Angola, Luanda.
- INE (2020). Relatório temático sobre o Género (IDREA 2018 – 2019), Luanda.
- INE (2021). Employment Survey, II quarter.
- INE (2021). Indicadores de Emprego e Desemprego - Inquérito ao Emprego em Angola, III Trimestre, Novembro de 2021, Luanda.
- INE (2022). Estatísticas Sociais – Projecção da População. Disponível em: <https://www.ine.gov.ao/inicio/estatisticas>.
- INE e UNICEF, 2018. A criança em Angola: uma análise multidimensional da pobreza infantil, Angola.
- Jornal de Angola, *Mais de 350 mil famílias beneficiam do dinheiro do kwenda*, Maio de 2022. Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/mais-de-350-mil-familias-beneficiam-do-dinheiro-do-kwenda/>.
- Leite, O. (2021, 3 de Agosto). Há um aumento de vagas no superior de 11,6% em relação ao último ano mas Governo lamenta escassez de cursos agrícolas e de ciências, *Expansão*. Disponível em: <https://expansao.co.ao/angola/interior/ha-um-aumento-de-vagas-no-superior-de-116-em-relacao-ao-ultimo-ano-mas-governo-lamenta-escassez-de-cursos-agricolas-e-de-ciencias-103582.html>.

- MASFAMU, INAC (2020). Estatística violência contra criança registados pelo SOS Criança.
- MED, 2013. Relatório sobre a Estratégia de Expansão da Rede de Educação e Cuidados da Primeira Infância, Luanda.
- MED, 2021. Plano de Emergência do sector da educação para resposta à pandemia da COVID-19, Angola.
- OECD-AU, 2021. Africa's Development Dynamics 2021: Digital Transformation for Quality Jobs.
- ONU, 2022. *Transforming Education Summit 2022: Guidelines National Consultation*. New York.
- PNUD e Banco Mundial (2020). Confrontar As Consequências Socioeconómicas Da COVID-19 Em Angola. Disponível em: https://www1.undp.org/content/dam/angola/docs/Publications/UNDP_AO_WB%20Angola_COVID-19_policy%20document_Dec.%201.%202020_PT.pdf.
- Programa UNI.AO e Freitas, Ana e Teixeira, Mariana (2021). Diagnóstico de Acesso à Formação Pós-Graduada de Grupos Vulneráveis (resultados preliminares), Luanda.
- Quiluta, A. (2022, 26 de Julho). Educação nas comunidades beneficia 26.154 crianças, *Jornal de Angola*. Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/educacao-nas-comunidades-beneficia-26-154-criancas/>.
- Silva, Eugénio (2011). "Educação no meio rural em angola: tradição, (des)igualdade de género e cidadania". XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais (CONLAB). Disponível: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/16291>.
- Situation analysis of children in Angola, SPRI, INAC - UNICEF Angola (2019).
- União Europeia, 2022. Diagnóstico de Género em Angola, Angola.
- UNICEF, 2016. Água e saneamento nas escolas de Angola: Diagnóstico das condições de água e saneamento em 600 escolas de províncias de Angola, Angola. Disponível em:

<https://www.unicef.org/angola/media/996/file/%C3%81gua%20e%20saneamento%20nas%20escolas%20de%20Angola.pdf>.

- UNICEF, 2016. Crianças fora do sistema de ensino ou em risco de abandono escolar na província da Huíla, Angola.
- UNICEF, 2018. Análise do Orçamento Geral do Estado, Angola.
- UNICEF, 2020. Promising practices or equitable remote learning: Emerging lessons from COVID-19 education responses in 127 countries. Disponível: <https://www.unicef-irc.org/publications/1090-promising-practices-for-equitable-remote-learning-emerging-lessons-from-covid.html>.
- UNICEF, 2021. Relatório Preliminar: Acesso, retenção e transição do ensino primário para o ensino secundário em Angola: lições aprendidas e estratégias para o caminho a seguir, Angola.

8. Anexos

Anexo I

Listagem de perguntas para inquérito (SMS Jovem)

Inquérito sobre TES

Olá Kamba, estamos a fazer um inquérito sobre a transformação da educação, para ajudar a transformar o sistema educativo e melhorar as oportunidades de educação e de transição para o mundo do trabalho.

1. Queres participar?
 - a. Sim
 - b. Não

2. Estás a estudar??
 - a. Sim
 - b. Não

3. Quais são os principais desafios que uma pessoa jovem, homem e mulher, enfrenta em Angola para frequentar e terminar a escola??
 - a. Pagar as propinas escolares
 - b. Pagar o transporte e a alimentação
 - c. Manter o interesse em continuar e completar a educação
 - d. O calendário escolar, horário e currículo são inflexíveis.
 - e. Ter de trabalhar em idade precoce
 - f. Ter responsabilidades matrimoniais e de procriação precoces.
 - g. Outra

4. O que encorajaria mais raparigas adolescentes a terminar a escola?
 - a. Não ter de pagar propinas escolares
 - b. Bolsa de estudo para cobrir o transporte escolar e a alimentação.
 - c. Orientação sexual e reprodutiva adequada e atempada para adiar a procriação e o casamento precoce.
 - d. Calendário escolar, horário e currículo flexíveis
 - e. Outra

5. Que competências são importantes hoje em dia?
 - a. Competências básicas: ser alfabetizado e numérico (literacia financeira).
 - b. Competências técnicas: conhecer um ofício ou profissão.
 - c. Soft skills: saber trabalhar em equipa, resolver problemas, ser um bom cidadão, entre outros.
 - d. Competências digitais: aprendizagem digital.
 - e. Outras.

6. Acha que os professores e as escolas estão preparados para a aprendizagem digital?
 - a. Sim
 - b. Não
 - c. Sim, mas disponibilizando espaços digitais acessíveis a todos. Se fosses abrir um negócio, que negócio irias abrir?

7. Em que áreas é que o Estado deveria investir mais na educação?
- a. Infra-estruturas
 - b. Professores
 - c. Currículo escolar
 - d. Tecnologia
 - e. Transporte para estudantes
 - f. Serviços abrangentes (alimentação escolar, saúde, atenção psicossocial, serviços para mães e pais adolescentes)
 - g. Outra
8. Se pudesse transformar algo no sistema educativo, para fazer a diferença na qualidade da aprendizagem e futuras oportunidades de trabalho, na sua opinião, quais seriam as três prioridades:
- a. Infra-estruturas
 - b. Professores
 - c. Currículo escolar
 - d. Tecnologia
 - e. Transporte para estudantes
 - f. Serviços abrangentes (alimentação escolar, saúde, atenção psicossocial, serviços para mães e pais adolescentes)
 - g. Outra

O SMS JOVEM está em todas as províncias de Angola. Convide os teus Kambas para se juntarem à plataforma. Ajude-os a se informarem corretamente sobre os temas mais importantes para ti e a tua comunidade. Enviar JUNTAR para 140. SMS Jovem - Aqui para Ti 😊

Anexo II

Guião de Entrevista Semi-estruturada

A Cimeira para a Transformação da Educação é uma importante iniciativa da “Nossa Agenda Comum”, e representa uma oportunidade para renovar o compromisso político internacional para com a educação como um bem público fundamental. Servirá também para mobilizar acções, solidariedade e soluções para compensar as perdas de aprendizagem durante a pandemia, prever a educação de amanhã, e revitalizar os esforços globais para a realização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável ligados à Agenda da Educação 2030.

O principal objectivo desta consultoria é apoiar as consultas e diálogos nacionais para permitir às autoridades angolanas participar eficazmente na Cimeira para a Transformação da Educação e preparar o Roteiro Nacional para a transformação dos sistemas educativos de Angola em apoio à Agenda 2030.

As consultas nacionais centrar-se-ão na recuperação da aprendizagem da pandemia da COVID 19, incluindo a identificação dos principais desafios e novas oportunidades de reimaginar a educação para se adequar ao futuro.

É neste sentido que solicitamos a vossa colaboração para esta entrevista, que antecipadamente agradecemos.

I. Ficha de identificação

Data:
Instituição/Órgão/Associação:
Natureza da instituição (privada, pública):
Tempo de existência (no caso de ser uma OSC nacional ou internacional):
Área de Actuação:

II. Identificação da/o entrevistada/o

Nome:

Idade:
Profissão/ cargo:
Tempo de experiência:

III. Sistema Educativo Angolano: que caminhos rumo ao ODS4?

(as perguntas a colocar terão em conta o actor-chave a ser entrevistado)

1. De uma forma geral, como descreveria o sistema educativo angolano?
2. Quais considera terem sido os principais ganhos/avanços do ensino angolano nos últimos dez anos? E quais os principais constrangimentos?
3. Considera que o país estava fora do caminho no que diz respeito a “assegurar uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” antes da pandemia?
4. Em caso afirmativo, quais são os principais obstáculos que tornaram tão difícil avançar no sentido de um cumprimento adequado do ODS4?
5. O governo estabeleceu, até à data, marcos de referência para o ODS4, incluindo para o sétimo critério sobre a equidade de género?
6. Os valores de referência nacionais reflectem o nível máximo de ambição, dada a necessidade urgente de acelerar o processo em direcção aos compromissos do ODS4 e as oportunidades de progresso?
7. Podem os parâmetros de referência globais para outros objectivos do ODS4 (por exemplo desenvolvimento de competências, alfabetização de jovens e adultos, ensino superior, matrícula, ensino profissional e superior) ser mais elaborados a nível nacional? Em caso afirmativo, como?
8. Como pode ser reforçada a responsabilidade política para alcançar os padrões de referência nacionais do ODS4?

IV. Financiamento do Sistema Educativo angolano

(as perguntas a colocar deverão ter em conta o actor-chave a ser entrevistado)

9. Qual é o estado actual do financiamento da educação?
10. Qual é a parte da afectação de recursos nacionais para a educação por aluno, no rendimento nacional e no orçamento nacional em comparação com outros serviços?

11. Qual é a proporção de educação pública e privada?
12. Qual é o significado do financiamento externo para a educação?
13. Como pode ser reforçado o financiamento público da educação?
14. Qual é a trajectória do investimento em educação a médio e longo prazo?
15. Que medidas estão previstas para assegurar uma utilização mais eficiente?
16. Como será assegurada uma maior equidade na atribuição de recursos?
17. Que mecanismos adicionais inovadores e multi-sectoriais podem assegurar um financiamento doméstico adequado e sustentável da educação?

V. Impacto do COVID-19 no sistema educativo e perspectivas para o futuro

(as perguntas a colocar deverão ter em conta o actor-chave a ser entrevistado)

18. Considera que o COVID-19 teve impacto no sistema de educativo angolano?
19. Quais considera terem sido os impactos mais significativos da interrupção educacional da COVID-19 (i.e. perda da aprendizagem, desinteresse dos estudantes, abandono escolar e não-registo)?
20. Qual tem sido o impacto das perturbações educativas da COVID-19 na nutrição e saúde, na protecção das raparigas, e no bem-estar tanto dos alunos como dos professores?
21. Que medidas foram tomadas para recuperar as perdas relacionadas com a pandemia? Que programas de recuperação foram delineados? Que progressos foram feitos até à data?
22. Quais os principais constrangimentos sentidos na aplicação destes programas?
23. Que medidas adicionais podem ser propostas para apoiar uma maior recuperação a curto prazo?
24. Que possibilidades de mudança de sistema são aparentes agora que não existiam antes?
25. Que características da educação são mais importantes para continuar a reforçar e/ou salvaguardar?
26. O que na actual política e prática educativa precisa de ser abandonado?
27. Que transformações inovadoras podem ser encaradas como características desejadas da educação (i.e. parcerias)?